

**VESTÍGIOS DO OURO E DA MEMÓRIA: A HISTÓRIA ESQUECIDA DO
ARRAIAL DE OURO FINO EM GOIÁS**

**VESTIGES OF GOLD AND MEMORY: THE FORGOTTEN HISTORY OF THE
ARRAIAL OF OURO FINO IN GOIÁS**

**HUELLAS DE ORO Y MEMORIA: LA HISTORIA OLVIDADA DEL
ASENTAMIENTO DE OURO FINO EN GOIÁS**

Glenia das Chagas Carneiro Silva

Mestranda em Ciências da Educação pela *Universidad Del Sol*, Paraguai.
Especialista em História do Brasil e Região pela Universidade Estadual de Goiás,
Brasil e em Gestão da Educação Básica pela Universidade Federal de Juiz de
Fora, Brasil. Graduada em História pela Universidade Estadual de Goiás, Brasil.

Professora na Rede Estadual de Educação de Goiás.

E-mail: gleniachagas@hotmail.com

Resumo

O presente artigo tem como objetivo resgatar e analisar a trajetória histórica do Arraial de Ouro Fino, em Goiás, destacando sua relevância para a compreensão da formação territorial e cultural da região. Inserido no contexto do ciclo da mineração, entre os séculos XVII e XVIII, Ouro Fino surgiu como um núcleo minerador impulsionado pela descoberta de veios auríferos nas proximidades do Rio Vermelho. Apesar de sua existência marcada pela transitoriedade da atividade aurífera, o Arraial deixou marcas profundas na paisagem, na organização social e na memória coletiva, constituindo-se como espaço simbólico de resistência e identidade. A metodologia adotada combinou a análise de fontes documentais, bibliografia especializada e depoimentos orais de moradores que preservam, em suas lembranças, aspectos do cotidiano, das festas religiosas, das tradições e das práticas comunitárias. O uso da memória oral revelou-se fundamental para compreender dimensões invisibilizadas pela historiografia oficial, permitindo que sujeitos comuns se inscrevam na construção da história. Dessa forma, a pesquisa evidencia como a oralidade atua como um contra-arquivo, capaz de desafiar narrativas hegemônicas e de reforçar o pertencimento comunitário. Os resultados apontam que, mesmo diante do abandono físico e da ausência de políticas públicas de preservação, Ouro Fino continua sendo um lugar de memória viva. Suas ruínas, suas lendas e seus rituais religiosos constituem um patrimônio material e imaterial que conecta passado e presente. Conclui-se que revisitar a história de Ouro Fino é fundamental não apenas para valorizar a diversidade cultural de Goiás, mas também para afirmar o papel da memória como instrumento de resistência frente ao esquecimento.

Palavras-chave: História local; Patrimônio Cultural; Mineração; Memória; Identidade.

Abstract

This article aims to recover and analyze the historical trajectory of the Arraial of Ouro Fino, in Goiás, highlighting its relevance for understanding the territorial and cultural formation of the region. Inserted within the context of the mining cycle between the seventeenth and eighteenth centuries, Ouro Fino emerged as a mining settlement driven by the discovery of gold veins near the Rio Vermelho. Despite its existence marked by the transience of gold exploitation, the Arraial left deep marks on the landscape, on social organization, and on collective memory, constituting itself as a symbolic space of resistance and identity. The methodology adopted combined the analysis of documentary sources, specialized bibliography, and oral testimonies from residents who preserve in their memories aspects of daily life, religious festivities, traditions, and community practices. The use of oral memory proved fundamental to understanding dimensions often silenced by official historiography, allowing ordinary subjects to inscribe themselves in the construction of history. In this way, the research shows how orality functions as a counter-archive, capable of challenging hegemonic narratives and reinforcing community belonging. The results indicate that, even in the face of physical abandonment and the absence of public preservation policies, Ouro Fino continues to be a living place of memory. Its ruins, legends, and religious rituals constitute both tangible and intangible heritage that connects past and present. It is concluded that revisiting the history of Ouro Fino is essential not only to value the cultural diversity of Goiás but also to reaffirm the role of memory as an instrument of resistance against forgetting.

Keywords: Local History; Cultural Heritage; Mining; Memory; Identity.

Resumen

Este artículo busca recuperar y analizar la trayectoria histórica del Arraial de Ouro Fino, en Goiás, destacando su relevancia para comprender la formación territorial y cultural de la región. Enmarcado en el ciclo minero, entre los siglos XVII y XVIII, Ouro Fino surgió como un centro minero impulsado por el descubrimiento de vetas de oro cerca del río Vermelho. A pesar de la fugacidad de la actividad minera, el Arraial dejó una profunda huella en el paisaje, la organización social y la memoria colectiva, constituyéndose como un espacio simbólico de resistencia e identidad. La metodología empleada combinó el análisis de fuentes documentales, bibliografía especializada y testimonios orales de los habitantes, quienes conservan en su memoria aspectos de la vida cotidiana, festividades religiosas, tradiciones y prácticas comunitarias. El uso de la memoria oral resultó fundamental para comprender dimensiones invisibilizadas por la historiografía oficial, permitiendo a los sujetos comunes inscribirse en la construcción de la historia. Así, la investigación resalta cómo la oralidad actúa como un contraarchivo, capaz de desafiar las narrativas hegemónicas y reforzar el sentido de pertenencia a la comunidad. Los resultados indican que, incluso ante el abandono físico y la ausencia de políticas públicas de conservación, Ouro Fino sigue siendo un lugar de memoria viva. Sus ruinas, leyendas y rituales religiosos constituyen un patrimonio tangible e intangible que conecta pasado y presente. Se concluye que visitar la historia de Ouro Fino es fundamental no solo para valorar la diversidad cultural de Goiás, sino también para afirmar el papel de la memoria como instrumento de resistencia contra el olvido.

Palabras clave: Historia Local; Herencia Cultural; Minería; Memoria; Identidad.

1 INTRODUÇÃO

A história de Goiás, em seus desdobramentos sociais, econômicos e culturais, não pode ser compreendida sem considerar o papel central desempenhado pela mineração. O ciclo do ouro, iniciado no final do século XVII e

consolidado ao longo do século XVIII, foi responsável por impulsionar a ocupação do interior da Colônia Portuguesa, modificando a paisagem, a dinâmica populacional e a organização social do território. As bandeiras paulistas, ao ultrapassarem os limites do Tratado de Tordesilhas em busca de metais preciosos, abriram caminho para a formação de arraiais que, embora muitos tenham tido existência efêmera, tornaram-se núcleos urbanos fundamentais na construção da identidade regional. É nesse contexto que se insere o Arraial de Ouro Fino, localizado nas proximidades do Rio Vermelho, cuja trajetória, ainda pouco explorada pela historiografia, revela não apenas a lógica econômica da mineração, mas também a memória de uma comunidade que insiste em resistir ao esquecimento.

Ouro Fino, como outros arraiais mineradores, emergiu em meio ao entusiasmo aurífero que marcou a primeira metade do século XVIII. Documentos históricos, crônicas de viajantes e estudos clássicos (Ellis, 1989; Palacin, 1994; Boxer, 1996) apontam que a ocupação do território goiano foi diretamente vinculada à busca por riquezas minerais e à consequente formação de vilas e arraiais. No entanto, apesar da importância do ciclo minerador, grande parte dessas localidades desapareceu física e simbolicamente, permanecendo apenas como vestígios na paisagem e na memória popular.

O Arraial de Ouro Fino constitui um desses espaços, cuja história se manteve viva sobretudo pela oralidade e pelos restos materiais que persistem no território. Essa característica torna sua análise relevante não apenas para a historiografia regional, mas também para os estudos sobre patrimônio cultural e memória coletiva. O presente estudo adota, portanto, uma abordagem qualitativa de natureza histórico-descritiva, com base em pesquisa documental, bibliográfica e de campo, além da análise de depoimentos orais coletados junto a ex-moradores e descendentes de famílias que habitaram o antigo arraial. Essa triangulação metodológica permite articular dados factuais e subjetivos, promovendo uma leitura mais ampla da experiência histórica e identitária do lugar.

A metodologia, inspirada nos pressupostos da história oral e da micro-história, valoriza as narrativas locais como fontes legítimas de conhecimento

histórico (Barros, 2009; Flores, 2022). Assim, o estudo compreende a memória como um contra-arquivo, capaz de revelar dimensões invisibilizadas pela historiografia tradicional e de reafirmar a voz dos sujeitos comuns na construção do passado.

Conforme aponta Ellis (1989, p. 294), “vários sertanistas de São Paulo percorreram durante o século XVII o sertão mineiro, goiano e mato-grossense em busca de minas de metais e pedras preciosas”, movimento que resultou na interiorização da Colônia e na formação de novos espaços de povoamento. Nesse processo, o território goiano foi incorporado à Coroa Portuguesa como espaço estratégico, consolidando-se graças à exploração do ouro e à presença de personagens como Bartolomeu Bueno da Silva Filho, o Anhanguera. Essa trajetória evidencia como a busca por riquezas moldou o desenho territorial e o cotidiano das populações que se fixaram no sertão goiano, construindo comunidades que, mesmo diante da transitoriedade da mineração, deixaram marcas profundas na cultura regional.

Ressalta-se que Ouro Fino, no final do século XIX, passou por uma reurbanização significativa. A localidade se tornou uma Colônia de Férias para a elite goiana, atraindo investimentos privados e institucionais, como a instalação do Seminário Episcopal de Santa Cruz e de um Cartório, a reativação da Companhia de Milícias, ligada ao Quartel da cidade de Goiás, e até mesmo uma “fábrica de cerveja” (Goiânia, 1975). No entanto, a ausência de planejamento urbano e de políticas públicas resultou em um gradual processo de deterioração e abandono. E a paisagem de Ouro Fino foi convertida em ruínas, levando a um êxodo populacional.

Apesar da relevância histórica, muitos núcleos criados a partir da extração aurífera foram relegados ao esquecimento, seja pela curta duração da atividade mineradora, seja pela ausência de políticas de preservação e valorização da memória local. Palacin (1994, p. 88) destaca que “a capitania de Goiás surgiu, efetivamente, por conta das lavras, consolidando-se enquanto espaço econômico e político graças à mineração”, mas observa que o esgotamento das jazidas rapidamente colocou em xeque a continuidade da economia aurífera. No entanto,

ainda que o declínio tenha sido inevitável, a breve fase de prosperidade foi suficiente para provocar transformações significativas na organização social e no imaginário coletivo, deixando rastros materiais e simbólicos que permanecem presentes até hoje.

É justamente na interseção entre história e memória que se encontra a relevância de revisitar o Arraial de Ouro Fino. Mais do que um estudo sobre mineração, trata-se de compreender como um espaço aparentemente periférico, pouco lembrado pela historiografia oficial, pode ser reconstituído a partir de vestígios materiais e narrativas orais. A memória, nesse sentido, atua como um contra-arquivo, permitindo que sujeitos historicamente silenciados inscrevam suas versões sobre o passado e mantenham vivas tradições, práticas religiosas e modos de vida que resistem ao apagamento institucional. Reconhecer a importância desses relatos significa legitimar outras formas de produção do conhecimento histórico, que não se limitam à documentação oficial, mas valorizam a experiência vivida e a transmissão intergeracional da cultura.

Assim, este artigo busca reconstruir a trajetória do Arraial de Ouro Fino articulando história, memória e identidade, destacando sua relevância para o debate sobre preservação patrimonial e resistência cultural. Mais do que recuperar um passado esquecido a pesquisa propõe refletir sobre os processos de invisibilização e de resistência que atravessam a história de comunidades locais, bem como, sobre a potência da memória coletiva como instrumento de preservação e pertencimento reafirmando a necessidade de políticas públicas comprometidas com a valorização da diversidade cultural e com a preservação da memória histórica de Goiás.

1.1 Objetivos Gerais

A presente pesquisa tem como objetivo resgatar e analisar a trajetória histórica do Arraial de Ouro Fino, em Goiás, buscando compreender os processos de formação, apogeu e decadência desse núcleo minerador e suas permanências simbólicas na contemporaneidade. Pretende-se, por meio dessa abordagem,

evidenciar como as experiências sociais, culturais e religiosas do arraial, inscritas nas práticas cotidianas e nas memórias coletivas, contribuíram para a constituição da identidade local e para a compreensão mais ampla da história regional goiana.

E, de forma, mais específica, inseri-lo no debate sobre patrimônio, memória e identidade cultural, mostrando como os vestígios materiais e as suas ruínas configuram-se como instrumentos de reconstrução da memória coletiva, revelando práticas simbólicas de resistência e reafirmação identitária, contribuindo para a compreensão histórica da formação do espaço vilaboense.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 O CICLO DA MINERAÇÃO E A FORMAÇÃO DOS ARRAIAIS NO SERTÃO GOIANO

A formação territorial do Brasil Central, especialmente da região goiana, está intrinsecamente ligada ao ciclo da mineração e à atuação das bandeiras paulistas que, nos séculos XVII e XVIII, romperam com o litoral e adentraram o sertão em busca de riquezas minerais. O avanço rumo ao interior, motivado pela decadência da economia açucareira, teve como resposta da Coroa Portuguesa o estímulo às expedições denominadas entradas e bandeiras, com o objetivo de encontrar metais preciosos. A ocupação das terras goianas, inicialmente habitadas por povos indígenas, consolidou-se mediante a exploração aurífera e o povoamento disperso em torno das lavras.

O declínio da produção açucareira e a busca por novas fontes de riqueza levaram Portugal a estimular a interiorização da colônia. Conforme aponta Ellis (1989, p. 192), “as expedições bandeirantes, lideradas por paulistas, adentraram os sertões mineiro, goiano e mato-grossense em busca de metais preciosos, promovendo a expansão territorial além dos limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas”. A ocupação do interior consolidou a presença lusitana em regiões até então pouco exploradas. Segundo Palacin (1994, p. 33), “o isolamento da Capitania de São Vicente, aliado a uma economia simplificada, favoreceu a formação de uma

cultura autossuficiente, essencial à sobrevivência dos bandeirantes”. A estrutura social, voltada à subsistência, garantiu condições para que percorressem grandes distâncias em território hostil, sustentando o avanço colonizador.

A descoberta de ouro, no final do século XVII, nas regiões hoje correspondentes a Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, marcou o início de uma nova fase histórica no processo de colonização.

Boxer (1996, p. 90) observa que:

A convicção da existência de minas no interior da colônia antecedia em quase dois séculos a sua efetiva comprovação, mas foi somente nesse momento que tal esperança se concretizou em larga escala. As riquezas minerais reveladas levaram à formação de núcleos urbanos precários, compostos inicialmente por acampamentos e barracos improvisados junto às margens dos rios, cuja função primária era atender às necessidades imediatas dos mineradores.

O caso de Goiás é emblemático. Palacin (1994, p. 259) destaca que “o território goiano foi definitivamente incorporado à Coroa Portuguesa em virtude da mineração”. A capitania de Goiás surgiu, efetivamente, por conta das lavras, consolidando-se enquanto espaço econômico e político graças à atuação de personagens como Bartolomeu Bueno da Silva Filho, o Anhanguera, cuja expedição em 1722 resultou na descoberta de importantes veios auríferos. A fundação do Arraial de Ouro Fino data dessa mesma conjuntura, integrando-se à rede de arraiais formados nas proximidades do Rio Vermelho.

A fase mineradora em Goiás provocou alterações marcantes no território e na organização social da região, mesmo tendo sido relativamente breve. Funes (1983, p. 62) aponta que “a mineração em Goiás teve início em torno de 1726, atingiu seu auge na década de 1750 e, a partir daí, iniciou um declínio progressivo”. O crescimento populacional resultante dessa atividade reorganizou o espaço, com o surgimento de vilas e arraiais voltados à exploração aurífera. Palacin (1994, p. 88) observa que “a concentração de trabalhadores e comerciantes nos núcleos mineradores redefiniu as formas de ocupação e intensificou os vínculos econômicos com outras partes da colônia”, contribuindo para a reconfiguração do território goiano.

Ouro Fino representa um caso típico entre os vários núcleos fundados à sombra do ouro. Cunha Mattos (1875, p. 79) relata que os principais arraiais da Província de Goiás, entre eles Ouro Fino, foram erguidos onde se encontrava maior quantidade do metal precioso: “foram povoados por muitos milhares de trabalhadores e negociantes, que depressa exauriram o metal que parecia vegetar, ou sair das entranhas da terra”. A ocupação acelerada, desordenada e muitas vezes efêmera, fez desses espaços marcos da transitoriedade mineradora.

Os primeiros aglomerados urbanos do sertão goiano, como aponta Delson (1997, p. 78), “não obedeceram a um planejamento sistemático. As construções se organizavam de maneira caótica, acompanhando os cursos d’água e a localização das lavras”. A efemeridade dos povoamentos e a mobilidade dos mineradores, que se deslocavam de acordo com a produtividade das jazidas, impediram a consolidação de uma urbanização estável. No entanto, esses espaços precários tornaram-se embriões de futuras vilas e cidades.

É importante destacar que o Arraial de Ouro Fino, embora hoje relegado ao esquecimento, teve papel relevante na constituição do espaço vilaboense. De acordo com Almeida (2001, p. 13), “muitos desses arraiais, apesar da curta duração, deixaram marcas profundas na paisagem e na cultura local”. A relação com o ouro moldou os costumes, a arquitetura, os caminhos e as narrativas que ainda hoje persistem na memória regional. A materialidade desses espaços — restos de fundações, artefatos arqueológicos, antigos cemitérios e traçados urbanos — são vestígios de um tempo em que o sertão goiano reluzia ao brilho do ouro.

Durante o século XVIII, a mineração em Goiás enfrentou um processo gradual de decadência, influenciado por diversos fatores estruturais e administrativos. A escassez de mão de obra escravizada, o difícil acesso às jazidas e a ausência de investimentos consistentes comprometeram a continuidade da atividade. Funes (1983, p. 23-24) diz que “as principais explicações para o declínio da mineração em Goiás são: técnicas rudimentares com as quais se exploravam as jazidas; falta de braços para a mineração; falta de capital para investir nas minas; e o mau desempenho das autoridades administrativas”. Boxer (1996, p. 134)

complementa ao afirmar que “a rápida exaustão das jazidas e a má administração contribuíram decisivamente para o colapso da economia aurífera nas capitanias interiores”. Assim, a crise do ouro impactou profundamente a dinâmica econômica e social da região.

Contudo, mesmo com o declínio, algumas regiões resistiram por mais tempo, como é o caso de Ouro Fino. Almeida (2001) aponta que:

Ainda no século XIX havia atividade garimpeira nas margens do córrego Praia, e que a região continuava sendo explorada manualmente por garimpeiros, mantendo viva a tradição do ouro. A formação dos arraiais mineradores no sertão goiano deve, portanto, ser entendida como parte de um complexo processo de transformação territorial e cultural, em que o desejo de riqueza moldou trajetórias individuais e coletivas, alterou paisagens e deu origem a comunidades inteiras. Esses espaços, embora em grande parte desaparecidos fisicamente, permanecem presentes na memória e nas marcas deixadas no solo e nos discursos.

A análise da formação desses arraiais, como Ouro Fino, revela não apenas a lógica econômica da mineração, mas também os conflitos sociais, os desafios logísticos e a resiliência dos que ali viveram. A história do ouro em Goiás não é apenas a história da exploração de um recurso natural, mas também da construção de identidades regionais e da disputa por reconhecimento de um passado que insiste em não ser esquecido.

2.2. OURO FINO ENTRE HISTÓRIA E MEMÓRIA: VOZES QUE RESISTEM AO ESQUECIMENTO

A constituição da memória coletiva de um lugar passa não apenas pelos registros oficiais, mas também – e principalmente – pelas narrativas orais de seus habitantes. Em Ouro Fino, antigo arraial vilaboense, o entrelaçamento entre história e memória revela uma trama de afetos, pertencimentos e resistências que desafiam o apagamento provocado pelo tempo e pela desatenção institucional. A oralidade, nesse contexto, torna-se um dispositivo potente de inscrição de saberes e práticas culturais que não figuram nos arquivos tradicionais da história oficial. Esses relatos transmitem experiências vividas, modos de habitar e visões de mundo que

escapam às classificações acadêmicas e aos documentos escritos. Com eles, tecem-se redes de sentido que mantêm vivas as marcas da ancestralidade e da luta por reconhecimento. Assim, a memória oral emerge como ferramenta de reconstrução identitária e de valorização do patrimônio imaterial local.

A memória oral pode ser compreendida como um campo de disputa simbólica, onde vozes silenciadas pela história oficial encontram meios de expressão e reconhecimento. Em Ouro Fino, essa força é percebida nos relatos dos moradores mais antigos, que, ao rememorar vivências, resgatam sentidos coletivos que resistem ao esquecimento. Como aponta Flores (2022, p.98), a oralidade “funciona como um contra arquivo que tensiona as verdades instituídas pela história hegemônica”. Essa perspectiva, destaca que o testemunho oral articula a experiência subjetiva à construção coletiva da memória, desestabilizando narrativas únicas e oficiais. Ao integrar essas vozes ao tecido narrativo do lugar, fortalece-se uma compreensão plural da história, capaz de abranger afetos, silêncios e resistências.

As entrevistas realizadas com ex-moradores de Ouro Fino revelam um sentimento coletivo de pertença ao lugar e a um modo de vida que, embora ameaçado pela modernidade e pelas transformações urbanas, permanece vivo na memória de seus habitantes. Um dos entrevistados relembra com emoção as festas religiosas:

Nas Festas de São Sebastião e do Divino, juntava as folias na frente da Igreja, cruzava as bandeiras e começava a aporfia. Era uma disputa de versos de catira para ver quem cantava melhor. Ficavam aquele pedaço de dia por ali, um sol quente e aquele povo cantando ao pé do Cruzeiro, lá no largo da Igreja de Nossa Senhora do Pilar.

Sobre o cruzeiro, Octo Marques, em uma de suas memórias, descreveu a peça como sendo de aroeira lavrada, a qual ainda permanece fincada diante da porta principal da Igreja de Nossa Senhora do Pilar, de forma quase milagrosa, desafiando as intempéries do tempo há mais de dois séculos. Conforme relatos da tradição oral, sob o seu tosco pedestal estariam soterradas mensagens escritas deixadas por seus contemporâneos.

Tais lembranças configuram uma “topografia afetiva”, permitindo a reterritorialização do passado no presente e resistindo à lógica do esquecimento. Ao resgatar essas vivências, evidencia-se o papel da oralidade na construção de pertencimento e na preservação da identidade cultural da comunidade.

O papel das fontes orais é, obviamente, fundamental, pois em muitos casos elas suprem a insuficiência e/ou inexistência de fontes arquivistas, sendo uma alternativa imprescindível para fazer história. A memória, nesse caso, não é uma simples repetição do passado, mas uma reconstrução ativa que atribui sentidos ao vivido. Como nos lembra Neves (2000, p. 109):

Considerando-se a evocação do passado como substrato da memória, pode-se deduzir que, em sua relação com a História, a memória constitui-se como forma de preservação e retenção do tempo, salvando-o do esquecimento e da perda. Portanto, História e memória, por meio de uma inter-relação dinâmica, são suportes das identidades individuais e coletivas.

Nesse contexto, Barros (2009, p. 37) chama a atenção para o papel da história oral como ferramenta de empoderamento comunitário, pois ela não pode ser considerada um “mero depósito de dados e de informações relativas à coletividade ou à vida individual”, mas sim como uma instância criativa, uma forma de produção simbólica, dimensão fundamental que institui identidades e com isto assegura a permanência de grupos. Essa dimensão aparece, no relato de Dona Raynerita de Queiroz Costa, que cresceu e morou em Ouro Fino e, antes de morrer escreveu o texto “Retrospectiva”, deixando registrado suas doces lembranças do local e dos moradores que ali viviam. Em um dos trechos desse relato ela diz,

Revejo através da neblina das lágrimas, desfilerem nítidas em minha retrospectiva suas primeiras casas. Lá está a igreja com o cemitério ao lado. Caminhando em minhas recordações entro pé ante pé na velha igreja. Olho o altar e lá está a me fitar, o pequeno Menino Jesus que fora nosso hóspede, nas vésperas do Natal, para que fizéssemos sua nova roupinha de tule e rendas. Subo a torre do sino, onde tantas vezes brinquei de “esconder” assustando os morcegos.

(...)

Deixo com relutância, a casa da Mestre. Estou em frente a uma grande ruína. Fico indecisa: entro ou não? Ouço claramente, a recomendação materna: “não quero ninguém no seminário! aquilo está um perigo! Com aquelas vigas, de aroeira, caindo ninguém deve entrar lá.” Fecho os olhos.

Que estou fazendo? Acrobacias. Saltando de uma viga balouçante a outra. Olho a capela; está caindo aos pedaços. Salvo devagar com medo das tábuas ruírem. Onde estou? Atravessando o túnel do tempo vi que: "Gemia em casa canto uma tristeza. Chorava em cada canto uma saudade.

Tal evocação sublinha uma prática cotidiana de resistência simbólica e cultural. Essas vozes, muitas vezes invisibilizadas pelos discursos historiográficos tradicionais, reforçam a ideia de que a história é também construída a partir do chão onde se pisou. Segundo Neves (2000, p. 111), é lícito considerar a produção historiográfica como um segmento específico da memória coletiva, mas é importante utilizar-se de metodologias apropriadas à produção do conhecimento, à recuperação de informações sobre o passado e à realização de análises e interpretações sobre esse mesmo passado, para que se torne confiável. Portanto, o resgate da memória se projeta como uma possibilidade de trazer para o plano do historiador o registro da própria reação vivida dos acontecimentos e fatos históricos, pois cada elemento do território carrega marcas do tempo e da ação humana, funcionando como suporte de lembranças compartilhadas.

Nesse sentido, os espaços vividos tornam-se extensão da identidade coletiva, conectando passado e presente. Isso pode ser observado em uma das entrevistas, com uma ex-moradora de Ouro Fino e participante ativa das celebrações religiosas desde a juventude, quando enfatiza a importância das tradições religiosas como mantenedoras da identidade local: "As novenas, as procissões, tudo era feito com muito respeito. A gente ensaiava os cânticos, fazia promessas. Hoje acabou quase tudo, mas a fé ainda mora aqui dentro (2003)." Tais eventos, embora muitas vezes vistos como folclóricos ou meramente religiosos, têm uma função social agregadora e pedagógica, pois transmitem valores, consolidam laços comunitários e mantêm viva uma tradição ancestral.

Em consonância, Barros (2009, p. 27) observa que relatos produzidos pela memória podem "captar as pessoas comuns, e não apenas os grandes indivíduos", além de estimular uma diversificação de fontes. É o caso de memórias coletadas que contam sobre o abandono do Arraial, ao informar sobre o Seminário Episcopal de Santa Cruz, instalado no ano de 1892 em Ouro Fino para prover a educação do

clero e criar um internato para o desenvolvimento intelectual da esperançosa mocidade masculina. Em entrevista foi relatado que: “Não cheguei a conhecer o Seminário, quando me mudei para lá, as paredes já estavam caindo. Era um prédio bom, mas já estava acabando, não tinha mais ninguém estudando lá, só uma construção velha e abandonada.” Além do Seminário, também, havia uma escola em Ouro Fino, a professora era a Mestra Rita Galvão de Moura Lacerda, que teve influência na formação de

muitos goianos ilustres, gozando quando crianças dos amenos e agradáveis dias em Ouro Fino, passaram por sua escola. Alguns deles o desembargador Inácio Bento de Loyola e seus irmãos menores; os filhos do comendador Joaquim Carvalho Ferreira dos Santos Azevedo, o desembargador Hamilton de Barros Velasco; e muitos outros” (Britto, 1982, p. 210).

Para ficar mais eloquente, segue o relato de Raynerita de Queiroz Costa que se refere a Mestra Rita como, “tia Ritinha” e conta que ela era “uma criatura maravilhosa, culta e humana. Em sua casa funcionava a escola, para os do Arraial e os dos arredores. Era muito querida e respeitada por todos”, sua residência “era um pequeno consulado”. Essas falas reforçam a importância da resistência cotidiana como forma de manutenção da memória e do pertencimento. Ao mesmo tempo, evidencia como a ausência de políticas públicas de valorização acelera o processo de esvaziamento simbólico. Ainda assim, a memória individual se transforma em um ato coletivo de resistência, assegurando a continuidade de laços identitários no presente.

Em relato publicado sobre São Sebastião (Goiânia, 1975), conta-se que, em tempos remotos, foram feitas diversas tentativas de levar a imagem do santo para a igreja de Ouro Fino, mas ele sempre voltava para seu ‘nicho na pedreira’, que ficava nas proximidades do Arraial. Segundo a tradição, os fiéis buscavam a imagem pela manhã, em procissões solenes e, no outro dia a imagem não se encontrava mais na igreja e era vista, novamente na gruta. Sobre esse fato, há controvérsias, mas guiados pela fé, preferiram segui-la. Aqui, a articulação entre lendas, lembranças e a ausência nos registros oficiais se faz evidente. Muitas dessas experiências jamais foram registradas formalmente, mas persistem através

do repertório oral, impulsionados pela religiosidade e imaginação popular. O apagamento histórico de Ouro Fino, seja por fontes escritas, por memórias ou pelo descaso estrutural, não é um evento isolado, mas sim o reflexo de uma estrutura de poder que sistematicamente oculta e apaga narrativas, transformando a invisibilidade em uma condição histórica recorrente.

Pode-se dizer que, a escuta dessas vozes convoca a uma prática historiográfica sensível, que reconhece a legitimidade dos saberes populares e se compromete com a construção de uma história plural, inclusiva e enraizada nas vivências concretas dos sujeitos. Como aponta Neves (2000, p. 112), “os lugares da memória contribuem para evitar o esquecimento e para registrar múltiplas visões do que se passou.” Assim, Ouro Fino que emerge por meio de suas ruínas e relatos dos tempos que ainda existia, não é apenas uma localidade geográfica, mas uma memória encarnada em corpos, gestos e palavras.

Ao final, o que se encontra não é um passado encerrado, mas um presente em disputa, onde lembrar é também um ato de resistência. Preservar as memórias de Ouro Fino é mais do que um exercício nostálgico: é uma exigência ética diante do risco constante de apagamento das culturas locais. Nesse sentido, a história oral, ao dar voz aos silenciados, reafirma a centralidade da escuta atenta como gesto político e pedagógico de valorização da diversidade histórica e cultural brasileira.

2.3 A PAISAGEM EM RUÍNAS: PATRIMÔNIO, ESQUECIMENTO E IDENTIDADE CULTURAL

A paisagem urbana marcada pela presença de ruínas suscita questionamentos profundos sobre memória, identidade e os modos como a sociedade lida com seu passado. Em Ouro Fino, antigo arraial vilaboense, as marcas do tempo não apenas moldam a geografia do espaço, mas também revelam os silêncios e as ausências produzidas pelo esquecimento e pelo abandono. Essas ruínas, ao contrário de simples vestígios do que já foi, são estruturas carregadas de significados, disputas e sentidos. Elas atuam como

testemunhos materiais de um tempo que resiste ao apagamento, convocando a reflexão sobre pertencimento. Nesse processo, tornam-se também símbolos de luta pela preservação da memória coletiva e da identidade local.

A presença de vestígios de edificações em estado de deterioração em Ouro Fino não é apenas sintoma da passagem do tempo ou da ação dos elementos naturais, mas também reflexo de uma política de descaso com o patrimônio histórico que, segundo Oliveira (2009, p. 30), se manifesta como resultado da “fragilidade das políticas públicas voltadas à valorização do patrimônio imaterial e material das pequenas comunidades. O que se vê é a memória dissolvida entre muros rachados e telhados desabados, enquanto a identidade local se fragiliza diante da negligência institucional.”

Esse processo de apagamento simbólico e físico do patrimônio tem sido amplamente debatido por autores que refletem sobre os mecanismos de construção e destruição da memória coletiva. Para Barros (2009), a memória é sempre uma construção social, marcada por disputas de poder e seleções do que deve ou não ser lembrado. Assim, ao permitir que espaços como Ouro Fino sejam relegados ao esquecimento, a sociedade opera uma seleção ativa do que considera digno de permanecer como referência cultural. Trata-se de uma escolha política, muitas vezes orientada por interesses econômicos e urbanísticos.

A paisagem em ruínas também desafia os limites entre o material e o simbólico. Como destaca Lira (2012), “a ruína possui uma potência expressiva que convoca o olhar para o passado, mas também para o futuro, como possibilidade de reinvenção da memória”. Essa perspectiva convida a perceber as estruturas degradadas não apenas como fins, mas como pontes para ressignificações identitárias. Em Ouro Fino, as construções em ruínas carregam consigo narrativas interrompidas, mas não extintas. Elas se impõem como testemunhas silenciosas de uma história que teima em não desaparecer, mesmo diante do esquecimento oficial.

A partir das falas colhidas nas entrevistas e de relatos registrados em livros e reportagens, percebe-se que há uma tensão entre o sentimento de pertencimento e a frustração diante do abandono. Muitos moradores expressam saudade de um

tempo em que o Arraial era mais vivo, quando havia festas, circulação de pessoas e orgulho pelo espaço vivido. Esse sentimento revela a identidade cultural como uma construção relacional e ressignificada através de interações e diálogos. Canclini (2015, p. 48) afirma que “as identidades não são essências imutáveis, mas processos em constante negociação entre o passado herdado e as práticas do presente”. Nessa mesma perspectiva, é importante destacar que a negação da memória de pequenas comunidades representa uma forma sutil, porém eficaz, de exclusão social, o que ajuda a compreender as consequências do abandono para a comunidade local.

O esquecimento, nesse contexto, torna-se um ato de violência simbólica. Fontana (2007, p. 56) aponta que:

A negação da memória dos grupos subalternos representa uma forma sutil, porém eficaz, de exclusão social, que se materializa na ausência de políticas de preservação e valorização dos espaços que dão forma à história dos sujeitos. Essa omissão reforça desigualdades históricas, silenciando práticas culturais e modos de vida que não se encaixam nos modelos hegemônicos de progresso. Ao ignorar tais referências, a sociedade contribui para o enfraquecimento da identidade coletiva e para a ruptura de vínculos de pertencimento.

Em Ouro Fino, o silêncio em torno dos vestígios arquitetônicos opera como uma tentativa de apagar modos de vida e experiências que não se encaixam nos projetos hegemônicos de cidade e progresso. Esse silenciamento evidencia a seletividade da memória oficial, que privilegia narrativas grandiosas em detrimento das vivências cotidianas. Com isso, práticas culturais e afetivas são relegadas à invisibilidade, fragilizando a continuidade da identidade comunitária.

No entanto, as ruínas também podem funcionar como dispositivos de resistência, carregando significados que ultrapassam a mera ideia de decadência. Huyssen (2014, p. 98) afirma que “as ruínas nos fazem pensar não apenas no que foi destruído, mas no que ainda pode ser reconstruído a partir da memória e da imaginação”. Esse olhar crítico sobre a ruína desloca o foco da perda para a possibilidade de reconfiguração da paisagem cultural. Lira (2012, p. 57) complementa ao destacar que “a ruína possui uma potência expressiva que convoca o olhar para o passado, mas também para o futuro, como possibilidade de

reinvenção da memória”. Assim, abre-se caminho para práticas de ressignificação identitária que se alimentam da escuta sensível das histórias locais.

As observações realizadas junto à comunidade revelam que, embora abandonado, Ouro Fino ainda se configura como um lugar de memória viva para seus habitantes. Essas memórias, nos trazem contextos moldados pelas lembranças e que precisam de uma escuta atenta e reflexiva, capaz de sustentar as narrativas e evitar que informações importantes caiam no esquecimento. Assim, mesmo em ruínas e, perdido em meio a pastagem, foi possível através de uma pesquisa documental, de campo e oral, desvendar uma história que se não tomar cuidado, logo caíra no esquecimento (Silva, 2025, p. 46). Por isso, a importância de documentar as informações coletadas.

A noção de paisagem enquanto construção cultural é importante para compreender a dimensão simbólica das ruínas, por meio do cemitério e seus túmulos, do altar e dos alicerces da Igreja, do cruzeiro de madeira, das fundações de casas e do seminário, entre outros vestígios, que preservam suas histórias como referenciais de pertencimento e identidade, reforçando o vínculo entre passado e presente, não só pelo patrimônio material, mas também pelo imaterial. Santos (2006) argumenta que:

O espaço é um híbrido de materialidade e intencionalidade, resultado da ação humana e da historicidade que o constitui. A ruína, então, deixa de ser um acidente urbano e passa a ser compreendida como uma manifestação da lógica excludente que organiza a memória coletiva. Ela revela a tensão entre o que se quer lembrar e o que se insiste em esquecer.

Em uma leitura mais ampla, as ruínas de Ouro Fino colocam em xeque a maneira como se concebe o patrimônio. Enquanto o discurso oficial tende a privilegiar monumentos grandiosos e narrativas gloriosas, os vestígios cotidianos da vida popular são ignorados ou apagados. Como observa Canclini (2015), “o patrimônio é muitas vezes definido de forma elitista, ignorando os saberes e práticas dos grupos subalternizados”. Em Ouro Fino, esse mecanismo se revela na ausência de reconhecimento das manifestações culturais locais como elementos patrimoniais legítimos.

Esse abandono físico é acompanhado de um esvaziamento simbólico, que se expressa na dificuldade de transmissão das memórias entre as gerações. Sem espaços de convivência, sem políticas de valorização e com a progressiva descaracterização das edificações, as novas gerações são privadas do contato com as referências que formaram a identidade do lugar. Memórias fragmentadas tornam-se frágeis quando não encontram apoio em práticas sociais e discursos institucionais que as legitimem. Essa fragilidade demonstra como a ausência de suporte coletivo compromete a continuidade das tradições e enfraquece os laços comunitários construídos ao longo do tempo. O que não é o caso de Ouro Fino, pois entre registros de viajantes de séculos passados e relatos de antigos moradores, observa-se que reproduzem discursos similares, os quais constituem fontes importantes para a construção histórica.

Além disso, a paisagem em ruínas é também uma expressão de luta pela permanência histórica. Uma luta por visibilidade, por reconhecimento e por pertencimento. Como assinala Lira (2012):

Os lugares esquecidos podem ser reativados pela ação de sujeitos que recusam o silêncio imposto e resgatam a dignidade de suas histórias. Esse movimento evidencia a força da memória como prática social, capaz de restituir visibilidade a experiências marginalizadas. Ao resgatar símbolos, narrativas e espaços abandonados, as comunidades reafirmam sua identidade coletiva. Dessa forma, a recuperação da memória local transforma-se também em ato político, fortalecendo vínculos de pertencimento e reivindicando o direito à própria história.

Em Ouro Fino, essa ação aparece em iniciativas comunitárias, em narrativas orais, em tentativas de recuperação simbólica do espaço, ainda que tímidas, que resistem ao apagamento e afirmam a potência da memória. Essas práticas revelam o empenho de moradores, em manter vivos os vínculos com o território e com suas tradições. Mesmo diante da falta de apoio institucional, os gestos cotidianos de preservação funcionam como resistência cultural. Assim, a comunidade reafirma sua identidade e projeta a continuidade de seus valores para as gerações futuras. Inclusive, o interesse de turistas e pesquisadores apaixonados pela história do local, contribuiu para que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em parceria com o poder público, iniciasse obras de

escoramento, consolidação e musealização das Ruínas do Antigo Arraial de Ouro Fino (Brasil, 2023), mas ainda insuficiente para a preservação histórica, cultural e patrimonial.

Além das ações de escoramento e consolidação das ruínas do antigo arraial, o projeto contemplou intervenções voltadas à conservação e à valorização do sítio histórico. Entre essas ações, destacam-se a impermeabilização das pedras de adobe e a implantação de infraestrutura destinada à recepção de visitantes, como calçamento, instalação de bancos, alambrado, paisagismo e a fixação de uma placa informativa sobre o local, se tornando um museu a céu aberto. E, após a conclusão do processo de tombamento, as ruínas de Ouro Fino passaram a integrar oficialmente o roteiro turístico e cultural denominado Caminho de Cora, ampliando sua relevância como patrimônio histórico e espaço de fruição cultural (Goiás, 2024).

Em suma, as ruínas de Ouro Fino falam. Falam de um passado que resiste a ser apagado, de uma identidade que se constrói em meio aos escombros e de uma memória que, embora frágil, ainda pulsa. Entre o esquecimento e a preservação, o desafio está em escutar essas vozes e transformá-las em projetos de futuro, em práticas de cuidado e em políticas públicas comprometidas com a valorização da cultura e da história dos territórios invisibilizados. Reconhecer esse patrimônio não significa apenas conservar pedras e muros, mas também legitimar histórias de vida. Trata-se de resgatar sentidos coletivos que sustentam o pertencimento e fortalecem a identidade local. Nessa perspectiva, a memória de Ouro Fino transcende o passado e se converte em recurso para o presente. Ao ser preservada, possibilita a construção de caminhos mais inclusivos e conscientes para as gerações que virão.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso deste artigo evidenciou que a história do Arraial de Ouro Fino, embora frequentemente relegada ao esquecimento, ocupa um lugar significativo no processo de formação do território goiano e na constituição da memória coletiva da

região. A análise da trajetória desse núcleo minerador mostrou que, mesmo surgindo em meio à transitoriedade e ao declínio do ciclo do ouro, Ouro Fino deixou marcas materiais e simbólicas que ultrapassam os limites de sua curta existência. As ruínas, os traçados urbanos, as tradições religiosas e as narrativas preservadas pelas memórias escritas e orais demonstram que a importância do Arraial não pode ser medida apenas pela produtividade mineral, mas pela forma como moldou experiências sociais, identidades culturais e vínculos comunitários, ao longo de sua existência.

A partir do diálogo entre fontes documentais, bibliografia especializada, relatos e entrevistas com ex-moradores e moradores, foi possível compreender que Ouro Fino permanece vivo não apenas como vestígio arqueológico, mas como território de memória. As vozes dos entrevistados revelaram afetos, pertencimentos e práticas culturais que resistem ao apagamento, reafirmando a força da oralidade como contraponto à ausência de registros oficiais. Essa dimensão reforça o papel da história oral enquanto prática historiográfica capaz de devolver a palavra a sujeitos historicamente silenciados, ampliando o campo da produção acadêmica e desafiando narrativas hegemônicas que privilegiam apenas os grandes centros mineradores.

Outro ponto que merece destaque refere-se à precariedade das políticas de preservação do patrimônio em pequenas comunidades como Ouro Fino. A ausência de investimentos, a descaracterização de edificações históricas e o abandono das estruturas religiosas refletem um processo de exclusão simbólica, no qual determinados espaços e modos de vida são considerados indignos de reconhecimento oficial. Esse descaso, no entanto, contrasta com a vitalidade das memórias preservadas, que continuam a transmitir histórias, lendas e práticas cotidianas capazes de manter vivo o sentimento de pertencimento. Reconhecer esse contraste é essencial para compreender que a preservação da memória não se limita à conservação material, mas depende também da valorização das narrativas e dos sujeitos que as carregam.

Nesse sentido, o estudo de Ouro Fino aponta para a necessidade urgente de repensar as políticas públicas voltadas à memória e ao patrimônio. Não se trata

apenas de restaurar ruínas ou de transformar o Arraial em objeto de turismo cultural, mas de reconhecer a legitimidade das histórias locais e de integrá-las ao debate mais amplo sobre identidade regional e nacional. A memória coletiva, como se observou, é dinâmica e plural, construída na tensão entre lembrança e esquecimento, entre permanência e transformação. É nessa tensão que comunidades como Ouro Fino encontram força para resistir ao apagamento e para afirmar sua identidade.

Conclui-se, portanto, que revisitar a história de Ouro Fino significa ampliar os horizontes da historiografia goiana e brasileira, incluindo no debate acadêmico experiências até então invisibilizadas. O resgate de suas memórias mostra que a história não se faz apenas nos grandes centros ou a partir de documentos oficiais, mas também nas vozes dos sujeitos comuns, nas práticas religiosas, nos festejos, nos costumes e nas ruínas que ainda falam. Como lembram os relatos analisados, mesmo em meio ao abandono físico e à estagnação econômica, Ouro Fino continua sendo um espaço de identidade e resistência.

Por fim, cabe destacar que este estudo não encerra as possibilidades de reflexão sobre o tema. Pelo contrário, abre caminhos para investigações futuras que aprofundem o diálogo entre história local, memória coletiva e patrimônio cultural, seja por meio de novas entrevistas, seja por meio de levantamentos arqueológicos e documentais mais amplos. Preservar a memória de Ouro Fino é também preservar a diversidade histórica e cultural do Brasil, garantindo que experiências aparentemente periféricas sejam reconhecidas como parte constitutiva de nossa formação social. Assim, o Arraial, mesmo em ruínas, se projeta como símbolo de resistência e de dignidade, lembrando-nos de que a história é feita não apenas do que sobrevive nos arquivos, mas também daquilo que persiste nas vozes, nos gestos e nas memórias daqueles que se recusam a esquecer.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marco Aurélio de. **Formação histórica do espaço goiano**. Goiânia: Editora da UCG, 2001.

BARROS, José D'Assunção. **História e memória – uma relação na confluência entre tempo e espaço**. MOUSEION, vol. 3, n.5, Jan-Jul/2009. Editora

UNILASALLE – Canoas/RS Disponível em:

[https://scholar.google.com.br/citations?view_op=view_citation&hl=pt-](https://scholar.google.com.br/citations?view_op=view_citation&hl=pt-BR&user=lg9B5YAAAAJ&citation_for_view=lg9B5YAAAAJ:ufrVoPGSRksC)

[BR&user=lg9B5YAAAAJ&citation_for_view=lg9B5YAAAAJ:ufrVoPGSRksC](https://scholar.google.com.br/citations?view_op=view_citation&hl=pt-BR&user=lg9B5YAAAAJ&citation_for_view=lg9B5YAAAAJ:ufrVoPGSRksC)

Acesso em: 14 set. 2025.

BOXER, Charles R. **O império marítimo português (1415–1825)**. Lisboa: Edições 70, 1996.

BRASIL. **Iphan inaugura museu a céu aberto em ruínas na Cidade de Goiás (GO)**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/iphan-inaugura-museu-a-ceu-aberto-em-ruinas-na-cidade-de-goias-go>. Acesso em [15/09/2025](https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/iphan-inaugura-museu-a-ceu-aberto-em-ruinas-na-cidade-de-goias-go). Acesso em: 13 set. 2025.

BRASIL, **Ruínas do Antigo Arraial de Ouro Fino vão receber obras de estabilização**. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/ruinas-do-antigo-arraial-de-ouro-fino-va-receber-obras-de-estabilizacao>. Acesso em: 13 set. 2025.

BRITTO, Célia Coutinho Seixo. **A mulher, a História e Goiás**. Goiânia: UNIGRAF, 2ª Edição, 1982.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EDUSP, 2015.

CUNHA MATTOS, Cônego. **Chorografia histórica da província de Goiás**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875.

DELSON, Roberval. **Urbanização no Brasil Colonial: o desafio das regiões mineradoras**. São Paulo: Alameda, 1997.

ELLIS, Mirian Lúcia Martins. **A história de Goiás: da ocupação do território à**

constituição do estado. Goiânia: UFG, 1989.

FLORES, R. M. **Memória e história oral: as interações entre a história escrita e a história vivida.** *Intellectus*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, 2022. Disponível em:

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/intellectus/article/download/65542/43035/244434> .

Acesso em: 25 ago. 2025.

FONTANA, Roseli. **O visível e o invisível: o patrimônio cultural e as tramas da memória coletiva.** Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, n. 45, p. 65–78, 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/33710>.

Acesso em: 25 ago. 2025.

FUNES, Eurico Vilela. **Goiás: seu território e sua gente.** Goiânia: Oriente, 1983.

GOIÂNIA. **Tão antiga quanto as de Trindade e Muquém, a romaria à Romaria de São Sebastião é a mais esquecida na liturgia católica – Prece pela chuva nos confins de Ouro Fino.** 3º Caderno Ano XVI. Goiânia, 25 a 31 de agosto de 1975 – Nº 760.

GOIÁS. Ações sociais movimentam o Caminho de Cora. Disponível em:

<https://goias.gov.br/cultura/acoes-sociais-movimentam-o-caminho-de-cora/>. Acesso

em: 13 set. 2025.

HUYSEN, Andreas. **Culturas do passado presente: modernismo, artes visuais, políticas da memória.** Rio de Janeiro: Contraponto; EdUERJ, 2014.

LIRA, José Tavares Correia de. **O lugar do patrimônio: a constituição do campo dos bens culturais no Brasil.** São Paulo: Alameda, 2012.

NEVES, L. de A. **Memória, História e sujeito: substratos da identidade.** História Oral, [S. l.], v. 3, p. 109-116, 2009. DOI: 10.51880/ho.v3i0.25. Disponível em:

<https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/25>. Acesso em: 14 set.

2025.

OLIVEIRA, Vanessa Bortulucce de. **História, memória e patrimônio: a cidade como espaço de identidade**. Revista História & Perspectivas, Uberlândia, n. 40, p. 153–172, 2009. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/14408> . Acesso em: 25 ago. 2025.

PALACIN, Luís. **História de Goiás: da formação à crise do escravismo**. Goiânia: UFG, 1994.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 2006.

Silva, Glenia das Chagas Carneiro. **Ouro Fino: Memórias de um Arraial Vilaboense** [recurso eletrônico]. Santo Ângelo: Ilustração, 2025. p. 96. Disponível em: <https://editorailustracao.com.br/media/pdfs/473/UuXJqkSJvvj2.pdf>. Acesso em: 03 out. 2025.